

FREDERICK AUGUST VON HAYEK E A TEORIA DOS FENÔMENOS COMPLETOS: UMA ANÁLISE MARXISTA

*Carlos Alberto Lucena**

RESUMO

Este artigo analisa os pressupostos epistemológicos de F. A. von Hayek, referentes ao liberalismo, mercado capitalista, competências e individualidade expressos em a *Teoria dos Fenômenos Complexos*. Demonstra as fases epistemológicas de sua obra, problematizando o debate com a ciência compreensiva e a relativa transição para os pressupostos popperianos. Tomando como referência os princípios do materialismo histórico e dialético, desenvolve a crítica aos preceitos da economia política presente no pensamento de Hayek. Demonstra que apesar do forte preceito objetivista de suas reflexões, suas análises encontram-se em um campo metafísico de proposições científicas relativas à organização da produção da sociedade e inserção de seres humanos.

Palavras-Chave: Hayek. Liberalismo. Mercado. Darwinismo Social. Marxismo.

ABSTRACT

This article examines the epistemological F. A. von Hayek for the liberalism, capitalist market, expertise and individuality expressed in the “Theory of Complex Phenomena.” It points out the epistemological stages of his work, questioning the debate with science and understanding on transition to Popperian assumptions. Compared with the principles of dialectical and historical materialism, develops critical to the precepts of political economy at present thought of Hayek. It shows that despite the strong objectivist precept of his thoughts, his analysis found in a metaphysical field of scientific propositions concerning the organization of production of society and integration of human beings.

Keywords: Hayek. Liberalism. Market. Social Darwinism. Marxism.

* Doutor em Filosofia e História da Educação pela Unicamp. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPQ. Professor Associado I na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: carloslucena@centershop.com.br

Introdução

A análise da epistemologia de F. A. Von Hayek (1899-1992) e seus pressupostos ontológicos e gnosiológicos implica na percepção da totalidade do seu tempo histórico. É notável a heterogeneidade social em uma sociedade globalizada culturalmente e mundializada economicamente. Essa heterogeneidade, distante de se explicar por aspectos sobrenaturais e metafísicos, é resultado de um mundo repleto de contradições, cujas possibilidades e limites se chocam criando o novo incontrollável e imprevisível. Projetos e propostas de mundo distintas coexistem, negam-se e aproximam-se apontando ações no presente com perspectivas para o futuro. Para alguns, a história acabou e com ela as lutas e resistências dos trabalhadores; para outros, a história é processual e humana, só chegando ao fim com o término da própria humanidade.

Todo esse processo de intensas transformações sociais influencia diretamente o pensamento de Hayek e suas prerrogativas quanto ao presente e ao futuro da humanidade. Sua produção intelectual foi elaborada em três partes fundamentais: a primeira, voltada às discussões sobre a economia; a segunda, problematizando a economia política; a terceira, debatendo a filosofia política e teoria do direito. Crítico radical da economia socialista, do Estado de Bem Estar Social e das políticas coletivistas de regulação econômica da sociedade, discípulo de Adan Smith, aponta uma re-leitura do liberalismo clássico do século XIX como alternativa para a superação das contradições manifestas na segunda metade do século XX. Uma obra vasta, constituída de fases epistemológicas distintas, variando desde a ciência compreensiva até o neopositivismo popperiano com preocupações relativas às ciências humanas, ciências naturais, história e a individualidade.

De acordo com Gallo (1993), uma primeira etapa do pensamento de Hayek se desenvolveu até o final da primeira metade dos anos 50 do século XX, com uma interlocução com a Escola de Compreensiva representada por Dilthey, Rickert, Weber, Croce e Collingwood. Essa fase recebeu forte influência de Robin George Collingwood: o entendimento que o esforço compreensivo tem suas bases no pensamento, nas ideias, no indivíduo, nas emoções, sentimentos, etc. É nessa fase que busca a interpretação e entendimento da história da humanidade, percebendo-a

como a história do pensamento humano voltada para a interpretação da origem, propósito e objetivo das ações racionais e intencionais dos homens para o conhecimento da complexidade da humanidade.

Na segunda metade da década de 50 do século XX se desenvolveu a segunda etapa de sua obra, composta com o diálogo com Karl Popper. Para Gallo (1993), a marca dessa aproximação se deu no aprofundamento e questionamento das diferenças existentes nas formas e possibilidades de investigação das ciências naturais e de alternativas para a validação das ciências humanas. Hayek adota os princípios popperianos do método hipotético-dedutivo, tomando postura radical em defesa da multiplicidade dos passos investigativos, especialmente à refutação das hipóteses e generalizações utilizadas.

A problematização de sua obra e os princípios do que ideologicamente se convencionou denominar como “neoliberalismo” constitui-se em grande desafio investigativo, implicando em uma discussão que contemple o livro *O caminho da servidão*, publicado em 1944, mas que, ao mesmo tempo, vá além dele. Seria o liberalismo uma saída para a exclusão social e a regulação econômica? Qual o seu potencial em termos de suas propostas voltadas à formação humana: criação de homens superiores intelectualmente, ou crescimento do estranhamento social? Essas questões se apresentam ao debate.

1. F. A. von Hayek e a teoria dos fenômenos complexos

A “teoria dos fenômenos complexos” é central nas reflexões de Hayek sobre o mercado, a sociedade, a economia e a ação dos indivíduos sociais. Ela matura as relações intelectuais de F. A. von Hayek com Karl Popper. Essa teoria representa um esforço voltado à problematização das relações de equilíbrio dos indivíduos com a sociedade e a potencialidade de inteligências múltiplas atuando por princípios coletivos.

Hayek (1964) critica a concepção dos indivíduos como átomos isolados e desde logo prontos para a ação, propondo que são seres humanos determinados por sua existência social. Mesmo sendo condicionados pelo ambiente da sociedade, acredita que não há outro meio de debater os fenômenos sociais senão por meio da compreensão das ações individuais

direcionadas às outras pessoas e guiadas por suas expectativas. Crítica também as concepções globalistas de sociedade defensoras da coletividade existente independentemente dos indivíduos. O que Hayek problematiza em a “Teoria dos Fenômenos Complexos” é a dimensão da complexidade da vida e a atuação de indivíduos múltiplos na sociedade. Esta é a base do entendimento do sentido da individualidade em Hayek. Indivíduos múltiplos e heterogêneos, cuja heterogeneidade é condição fundamental para uma contínua pressão nas forças políticas, potencializando através do mercado, condições equitativas para a existência humana. Este é o entendimento da concepção liberal apontada por Hayek: a negação radical da *igualdade social*, responsável, no seu entendimento, por um atrofiar do intelecto humano e a pertinência da *equidade social*, condição fundamental para a superação dos limites humanos e da inteligência.

A economia é utilizada como exemplo de uma atuação complexa e múltipla dos sujeitos, oferecendo fundamentos para a defesa da equidade social e a negação da igualdade. O sistema econômico é formado por relações entre indivíduos compostos de mentes altamente complexas não representadas por uma mente em particular, mas sim por mentes coletivas. Hayek aproxima-se de Adan Smith ao defender o princípio da “mão invisível” como pressuposto para atuação dos indivíduos na sociedade. O mercado é entendido como uma ordem espontânea, não hierárquica e coordenada, condição fundamental para o funcionamento do sistema econômico, influenciando milhões de seres humanos em um mesmo período.

O mercado atua como grande potencializador de relações sociais permitindo, na concepção hayekiana, o avanço de toda a humanidade. Esses são pressupostos que aproximam Hayek das teorias evolucionistas de Charles Darwin. Para Hayek (1964), o maior exemplo de uma teoria de fenômenos complexos é a teoria da seleção natural de Darwin, uma teoria da evolução dos eventos particulares desenvolvidos na Terra durante mais ou menos dois milhões de anos. A teoria da evolução é aplicável a um curso de eventos e circunstâncias muito diferentes resultantes da produção de diferentes organismos vivos. A preposição básica desta teoria aponta um mecanismo de reduplicação com variáveis transmissíveis e seleção competitiva daqueles que demonstram ter uma melhor oportunidade

de sobrevivência no seu tempo, produzindo uma grande variedade de estruturas adaptadas a ajustes contínuos ao ambiente ao qual sobrevive.

Hayek (1964), mesmo influenciado pelas teorias de Charles Darwin, a problematiza, demonstrando, em virtude da complexidade das circunstâncias da vida no planeta, que a teoria da evolução ainda é incompleta, pois o conhecimento humano ainda é pequeno sobre o processo de mutação entre as espécies. No conjunto das mutações gerais, poderá aparecer uma mutação particular, ocorrida em um ambiente também particular, a um ser vivo de constituição específica.

Para Hayek, a teoria da evolução não consegue controlar o futuro da própria evolução humana. Do impossível conhecimento de todos os fatos sociais relevantes por qualquer indivíduo ou organização e da incerteza inerente ao processo evolutivo, infere que não é possível construir outra ordem social mais desejável e que funcionasse de modo planejado e controlado. Logo, conclui pela necessidade de se conformar com aquela existente que emergiu evolutivamente, mesmo se ela tem características que “nos” desagradam (PRADO, s/d, p. 6-7).

O debate sobre o evolucionismo se aplica não só às mutações particulares, bem como na problematização do funcionamento do mercado. O evolucionismo é utilizado como ferramenta responsável pela explicação da importância do mercado como potencializador da concorrência e oportunidades, condição essencial para a premiação e sobrevivência dos seres humanos mais aptos. O darwinismo para Hayek é o componente fundamental para a identificação da complexidade social expressa em fenômenos complexos.

De acordo com Lagueux (1988), Hayek se aproxima de Darwin ao afirmar que os mercados têm a vantagem de existir sem a vontade dos sujeitos. Em debate com Mandeville e Adan Smith, afirma que o mercado se desenvolve em torno de uma sociedade com estrutura frágil constituída nas imperfeições da história ocorridas devido aos enganos da humanidade. Hayek coloca em evidência a complexidade extrema das decisões a serem tomadas e a ignorância dos governantes a respeito das variáveis responsáveis por suas decisões. Esse é o contexto ao qual reclama a importância da

seleção natural: a ignorância relativa dos líderes impediram a implantação de regras responsáveis pela implementação de uma ordem social.

A seleção tem um papel significativo nos estudos sociais, agindo por um lado nas instituições e nas práticas sociais no lugar dos indivíduos e, por outro lado, assegurando a transmissão do caráter pela inclinação da cultura em lugar da hereditariedade. A primeira dessas características permite selecionar as regras que governarão uma sociedade. No primeiro caso, estas são as instituições e as práticas sociais governadas por regras selecionadas, capazes de perpetuar a sociedade. No segundo caso, pelo contrário, os indivíduos (os que maximizam os seus lucros) são selecionados pelo bom senso, como “empresários inteligentes sobrevivendo, evitando a falência”. Em outras palavras, em uma sociedade em que as trocas são bem ajustadas, o lucro de cada capitalista depende do grau de satisfação dos pretendentes. Para isso, é imperioso que a circulação das mercadorias seja bem organizada, garantida por leis que facilitem a concorrência. Para controlar a eficiência dos resultados obtidos pela ação do mercado, os defensores do liberalismo consideram que a competição só poderá evitar a falência dos empresários que oferecem serviços que garantam o lucro maximizado. Os empresários só poderão ficar no mercado se souberem satisfazer as necessidades dos consumidores.

1.1 Ciência, conhecimento e competência

A problematização da concepção de conhecimento hayekiana leva em consideração aspectos relativos às ações das instituições normativas presentes na sociedade. A regulação do Estado atenta à liberdade de circulação de capitais e manifestação do conhecimento na sociedade capitalista, pressupostos utilizados para a construção de uma severa crítica à social democracia. O conhecimento é um processo evolutivo, fruto das relações dos indivíduos com o mundo vivido.

Hayek concebe o sujeito e o objeto do conhecimento como esferas distintas que se relacionam externamente e que se influenciam mutuamente. Essa inter-relação, ademais, ocorre por meio da mediação do conhecimento acumulado socialmente; este é, pois, o meio que

se encontra interposto entre os sentidos humanos e as propriedades das coisas e que se desenvolve evolutivamente. O conhecimento científico difere do conhecimento comum apenas no que se refere às instituições de controle: o primeiro é produzido e selecionado dentro uma tradição que zela por certos padrões formais, metodológicos e filosóficos enquanto que o desenvolvimento do segundo é regulado evolutivamente pelo próprio sucesso ou fracasso dos indivíduos e associações de indivíduos na vida prática (PRADO, 2007, p. 05).

Para Gallo (1993), a problematização de Hayek sobre a produção do conhecimento se explica a partir de três conclusões principais que norteiam as suas reflexões. O progresso de uma comunidade depende da utilização adequada do conhecimento contido dentro dessa mesma comunidade; o conhecimento é disperso e se apresenta em múltiplas proporções heterogêneas aos próprios homens; o conhecimento e o saber científico de uma sociedade são inesgotáveis e fundamentais para o progresso social.

Para Hayek (1983), a utilização racional do conhecimento existente na sociedade é condição fundamental para a eficiência de qualquer sistema complexo. Isso só é possível quando uma autoridade central possui mecanismos para socializar o conhecimento disperso nos indivíduos, disponibilizando a esses mesmos indivíduos o conhecimento adicional necessário a harmonizar os seus planos e dos demais.

O conhecimento científico ocupa lugar de destaque na sociedade como o único conhecimento pertinente subordinante dos demais. Hayek (1983) argumenta a existência de um conjunto de conhecimentos importantes e, ao mesmo tempo, desorganizados que não se pode chamar de conhecimento científico em sentido geral: o conhecimento das circunstâncias particulares do tempo e do lugar. A descentralização permite que o conhecimento das circunstâncias particulares do tempo e do lugar seja prontamente utilizado. O homem não pode tomar decisões com base em um conhecimento limitado pelos acontecimentos de seu ambiente imediato. Em termos econômicos, a tomada de decisões necessita do conhecimento do conjunto de relações de comércio presente em todo o sistema econômico. Esses pressupostos podem proporcionar ao indivíduo vantagens sobre os demais, pois a posse de certas informações cruciais proporciona vantagens na tomada de decisões em situações competitivas.

Para Hayek (1981), a ciência tem suas bases no empirismo apresentando dificuldades em entender a complexidade das estruturas sociais do seu tempo. A chave para a compreensão do crescimento da humanidade está na percepção do homem civilizado contra os seus desejos, não havendo o que pudesse fazer, não seguindo os seus sentidos inatos, senão obedecendo a uma nova disciplina que lhe exigia desistir de uma série de premissas.

Hayek (1964) entende a ciência movida pela curiosidade da busca de informações sobre um problema qualquer que já existia antes do interesse do pesquisador. Esse é um movimento responsável por significados aos sentidos humanos na busca da interpretação da complexidade da natureza. A matemática é um exemplo dessa afirmação. A grande força da matemática, expressa na geometria em relação a modelos visuais, é que nos permite descrever modelos abstratos que não podem ser percebidos nos sentidos humanos, e estabelecer propriedades comuns hierárquicas à classe dos modelos em caráter altamente abstrato. Cada equação álgebra matemática define um tipo de modelo, particularizando-se as manifestações individuais deste tipo de modelo quando se substitui os valores definidos pelas variáveis.

Hayek (1964) entende os fenômenos da vida, da mente e da sociedade como mais complexos que os do mundo inanimado, devendo-se esta afirmação a uma confusão entre o grau de complexidade de um tipo peculiar de fenômeno e o grau de complexidade com o qual, mediante uma combinação de elementos, se pode gerar qualquer tipo de fenômenos e grau de complexidade. Quando se analisa o problema desde o ponto de vista do número mínimo das variáveis distintas presentes na fórmula de um modelo, para reproduzir as constantes características das estruturas de campos distintos – e para mostrar as leis gerais a que as estruturas obedecem –, percebe-se a complexidade crescente à medida que nos movemos dos fenômenos inanimados para os animados e sociais, com maior nível de complexidade e organização.

Esses são pressupostos que sustentam a defesa de Hayek da maior complexidade dos fenômenos sociais em relação aos físicos, pois o primeiro se baseia na heterogeneidade e inconstância dos seres humanos viventes em sociedade; e o segundo, mediante fórmulas relativamente simples em virtude da invariabilidade e imutabilidade das leis da natureza.

Hayek (1964) exemplifica essa questão: um homem com setenta anos de idade pode acumular 15×10^{12} unidades de informação, o que é mais de 1.000 vezes maior do que o número de células nervosas. As complicações adicionais que estas questões impõem às relações sociais são, por suposto, relativamente insignificantes. A redução dos fenômenos sociais a eventos físicos constitui uma complicação adicional, super imposta àquela dos processos fisiológicos que determinam os eventos mentais.

Para Hayek (1964), quando se trabalha com modelos cujos resultados não são provenientes de razões biológicas, se deve primeiro inventar o modelo antes de descobrir seus procedimentos para especificá-los e ser capaz de colocar à prova a sua aplicabilidade através de uma teoria definidora de uma classe de modelos. A manifestação particular do que se espera do modelo dependerá de condições iniciais e marginais às quais são denominadas como informação. A descrição desse modelo proveniente de uma teoria é a ferramenta que permite perceber a sua manifestação particular surgida em circunstâncias específicas. A proposição presente em certas circunstâncias gerais é também uma predição sobre o aspecto de um modelo de certa classe e uma proposição sobre o aspecto de uma instância particular desta mesma classe, uma importante variável para as ciências naturais. Esse é um dos motivos que sustentam as ciências naturais terem como princípio ser sempre possível especificar suas predições em qualquer objeto em investigação. O questionamento dos critérios utilizados para a classificação de fenômenos mecânicos ou físicos provavelmente chegará ao resultado das leis sendo sensíveis em sentido definido.

Hayek (1964) problematiza a dificuldade do uso do termo “Lei” no conhecimento sobre os sistemas complexos. Não acredita na existência de sistemas fechados no universo. O desafio consiste no questionamento dos pontos de contato, permitindo ao universo atuar sobre o sistema. Esse é o argumento utilizado para justificar a dificuldade das ciências humanas em explicar os fenômenos complexos, pois a multiplicidade desses fenômenos impossibilita a formulação de “Leis” imutáveis para esse fim. Mantendo os princípios da ciência compreensiva de base epistemológica weberiana, afirma que as ciências possuem dificuldades em conhecer todo o fenômeno social a ser investigado. Apesar do avanço desenvolvido por meio do conhecimento dos fenômenos complexos, se

verifica a derivação de técnicas que pouco avança no conhecimento dos eventos individuais.

As teses hayekianas se assentam nos princípios popperianos voltadas ao cientificismo e à rigidez do método investigativo. A defesa da imutabilidade da natureza flerta com pressupostos mecanicistas, expressos por um conjunto de relações entre a causa e o efeito, limitantes de análises científicas de maior profundidade. A separação homem e natureza coloca a complexidade do primeiro em negação à simplificação do segundo. Hayek desconhece a complexidade entendida não como um princípio de partes desarticuladas, mas sim a problematização da natureza em transformação da qual o homem faz parte e dá sentido, racionalidade, cuja totalidade e a descoberta colocam-se como grandes desafios. Esse é o sentido da existência e do movimento da história: a complexidade da vida em constante transformação.

Hayek, em *Los fundamentos éticos de una sociedad libre* afirma que a origem de uma nova tradição moral determinou o crescimento progressivo durante os últimos 10 mil anos da humanidade, uma espécie de evolução humana seletiva. Todo o desenvolvimento ocorrido se deve à difusão do “individualismo” e às maneiras utilizadas pelos indivíduos para burlar as formas tradicionais do conhecimento. Gradualmente se reconheceu, como matéria do direito, os domínios privados presentes em cada indivíduo voltados para atingir seus próprios propósitos.

Paradójicamente, si tratamos de distribuirlo en forma más igualitaria, tendríamos mucho menos para distribuir, ya que descansamos en El mercado y en las diferentes remuneraciones para organizar nuestras actividades. La ilusión de que tenemos un producto social, que está a nuestra disposición para distribuirlo como queramos, ES justamente eso: pura ilusión. Tenemos este producto social solo porque los precios de los diferentes servicios le dicen a la gente qué es lo que deben hacer para producir lo máximo de que son capaces. Si eliminamos esto, muy pronto no tendríamos producto que distribuir. Salvo que ustedes piensen que estoy exagerando, esto es lo que oculta o disfraza el concepto de justicia social, según el cual nuestro nuevo deber moral es distribuir justamente El producto (HAYEK, 1981, s/p).

Esta é uma afirmação fundamental para o entendimento do conceito de competência hayekiano. A problematização da competência passa pela relação entre a importância do mercado, sua capacidade distributiva e a ação dos indivíduos para esse fim. Hayek (1983) entende a competência como um procedimento para a busca do desconhecido, a dificuldade de conseguir respostas em virtude da validade empírica das teorias. Se não se podem conhecer os eixos investigativos por meio da competência, não se podem comprovar os eixos investigativos a serem descobertos.

O mercado potencializa as competências manifestas nos indivíduos presentes na sociedade. O conhecimento consiste na descoberta de situações especiais e necessárias produzidas por um conhecimento passado e pelo mercado. A essa relação Hayek denomina método do descobrimento, uma situação entendida pela teoria econômica como competência perfeita. A diferença entre a competência econômica e a ciência consiste em que a primeira é um método para descobrir eixos investigativos particulares fundamentais para alcançar objetivos específicos temporais, e a ciência aspira ao descobrimento de eixos gerais que são regulares aos acontecimentos. A ciência só se ocupa de eixos particulares quando existe o interesse de refutar teorias. Os acontecimentos e descobrimentos mais gerais que acontecem no mundo são mais demorados para serem comprovados.

A relação entre a ciência e o mercado é fundamental para o entendimento da concepção de Hayek sobre o significado de uma economia, e sua crítica a outras formas societárias de produção que não se alinham a uma lógica do mercado capitalista. O seu entendimento parte do pressuposto que o mercado não é uma economia, não podendo, seus resultados, serem julgados com critérios apropriados para uma comunidade organizada a serviço de uma hierarquia política determinada. A economia é uma organização que utiliza recursos para um determinado fim. A ordem espontânea do mercado não é para esse fim, pois não garante que as necessidades consideradas mais importantes pelos seres humanos sejam satisfeitas. Todas essas afirmações são utilizadas para a justificativa da importância do liberalismo econômico como agente potencializador das trocas econômicas e relações políticas capitalistas.

1.2 Liberalismo econômico, mercado e monopólios

Para Hayek (1983), a adoção do liberalismo depende de duas questões primordiais. Em primeiro lugar, o liberalismo pressupõe a execução de uma ordem espontânea desejável, formada por regras apropriadas de conduta justa efetivamente observada. Em segundo lugar, depende da necessidade de restringir os poderes coercitivos do governo para a execução das regras de conduta justa.

El liberalismo es, entonces, lo mismo que la demanda de un Estado de Derecho en el sentido clásico del término, de acuerdo con el cual las funciones coercitivas Del gobierno están estrictamente limitadas a la ejecución de reglas de derecho uniformes, queriendo significar reglas uniformes de conducta justa hacia cada uno de los individuos (El “Estado de Derecho” corresponde aquí a lo que en alemán se denomina *materieller Rechtsstaat* *, como algo que se distingue del mero *formelle Rechtsstaat*, que exige solamente que cada acto de gobierno esté autorizado por la legislación, sea que dicha ley consista en una regla general de conducta justa. El liberalismo reconoce que hay, además, ciertos servicios que por diversas razones las fuerzas espontáneas del mercado pueden no producir o pueden producir en forma no adecuada, y que por esta razón es conveniente poner a disposición del gobierno una cantidad de recursos claramente circunscritos, con los cuales pueda prestar tales servicios a los ciudadanos en general. Esto exige de una distinción bien clara entre los poderes coercitivos del gobierno, por un lado, donde su acción está estrictamente limitada a la ejecución de las reglas de conducta justa y en cuyo ejercicio toda discrecionalidad se encuentra excluida; y, por otro, la provisión de los servicios por parte del gobierno, para lo cual puede solamente usar los recursos puestos a su disposición para este propósito, sin tener poder coercitivo, o monopolio, pero en cuyo uso disfruta de amplia discrecionalidad (HAYEK, 1983, p. 186).

Os governos devem se abster de prestar ajuda aos monopólios, e sim, combatê-los. Na atualidade, a ordem do mercado se limita somente a

uma parte das atividades econômicas dos homens. Isto é em grande medida a consequência das restrições da competência impostas por governos deliberadamente. Para Hayek (1983), o governo quando cria monopólios, cria medidas protetoras a esse mesmo monopólio, impedindo a dimensão da concorrência no mercado e o privilégio de grupos. A negação da ajuda dos governos aos monopólios e o incentivo à concorrência expressa pelas forças do mercado são condições fundamentais para a implantação da ordem na sociedade. O conceito de ordem se sobrepõe ao conceito de equilíbrio, a ação racional só é possível em um mundo totalmente ordenado.

Hayek defende a compreensão do funcionamento do mercado através de um alto grau de coincidências de expectativas tendo como causa a desilusão sistemática de algum tipo dessas mesmas expectativas. O mercado é uma combinação particular de bens e sua distribuição entre os indivíduos se dá em circunstâncias imprevisíveis e, neste sentido, na causalidade. Um jogo competitivo podendo resultar na cota de cada indivíduo o equivalente real às suas necessidades atingíveis.

El juego no es, como se dice hoy, uno de suma-cero, sino uno a través del cual, si se juega conforme a las reglas, se amplía el pozo compartible, dejando las cuotas individuales en el pozo, en gran medida, a la suerte. Una mente que comprenda todos estos hechos podría seleccionar de la superficie el punto que deseara y distribuir este producto del modo que estimase más adecuado. Pero el único punto presente (o tolerablemente cercano) en el horizonte de las posibilidades que podemos alcanzar es aquel al cual llegaremos si dejamos su determinación al mercado. El así llamado “máximo” que alcanzamos en forma natural no puede ser definido como una suma de cosas singulares, sino sólo en función de la oportunidad que ofrece a gente desconocida de obtener el más amplio y efectivo equivalente posible para sus cuotas relativas, las que serán determinadas en parte por La casualidad. Puesto que sus resultados no pueden simplemente evaluarse em términos de una escala única de valores, como es el caso en una economía propiamente tal, resulta muy engañoso intentar evaluar los resultados de La “catalaxia” como si ésta fuera una economía (HAYEK, 1983, p. 203).

Hayek problematiza as críticas construídas no âmbito da filosofia e da economia à correção de preços e inserção social como pressupostos de justiça social.

Cualquiera sea el significado que los filósofos sociales hayan atribuído a este concepto, en la práctica de la política económica éste há implicado siempre la protección de ciertos grupos, para evitar que éstos desciendan necesariamente de la posición material absoluta o relativa que han disfrutado durante cierto tiempo. No obstante, éste no es un principio sobre cuya base se puede actuar en forma general, sin destruir con ello los fundamentos del orden del mercado. No sólo el incremento continuo, sino que en ciertas circunstancias aun la mera mantención del nivel existente de ingresos, depende de la adaptación a ciertos cambios imprevisibles. Esto implica necesariamente que la cuota relativa y, quizás también la absoluta, de algunos deberá reducirse, aunque éstos no sean responsables en manera alguna de su reducción. (...) El punto principal es, sin embargo, que en una sociedad democrática es totalmente imposible crear por mandato cambios que no son considerados justos, y cuya necesidad nunca podrá ser claramente demostrada. La regulación premeditada en dicho sistema político siempre tenderá a asegurar aquellos precios que parecen ser justos. Esto significa, en la práctica, La conservación de la estructura tradicional de ingresos y precios. Un sistema económico en que cada uno obtiene lo que otros piensan que merecen será un sistema altamente ineficiente; aparte de ser también intolerablemente opresivo. Toda “política de ingresos”, por consiguiente, se inclina más a prevenir que a facilitar aquellos cambios en las estructuras de precios e ingresos que son necesarios para adaptar el sistema a circunstancias nuevas. Una de las paradojas del mundo actual es que los países comunistas están probablemente más libres de la pesadilla de la “justicia social” y, a La vez, más dispuestos que los países capitalistas a dejar recaer el peso em aquellos para quienes el desarrolllo ha sido desfavorable. Para ciertos países occidentales, al menos, la situación no parece tener remedio, precisamente, porque la ideología que domina su políticas hace imposibles los cambios que son necesarios para que la condición de la clase trabajadora se eleve lo suficientemente rápido como para

provocar la desaparición de esta ideología (HAYEK, 1983, p. 204).

Suas preocupações estão voltadas aos problemas da preservação de uma ordem capaz de prover com eficiência as condições necessárias para conhecer os recursos e as técnicas, às quais as adaptações constantes das atividades sejam necessárias somente através das trocas menores inevitáveis, possibilitando a manutenção de um nível determinado de ingressos.¹

¹ “No consideraré aquí el papel indudable que juega la competencia en El avance del conocimiento tecnológico. Pero sí quiero señalar que éste ES cuanto más importante donde no ha habido antes una competencia activa, y donde la tarea principal consiste en descubrir las posibilidades aún desconocidas de la sociedad. La creencia de que podemos prever y controlar La estructura de la sociedad que emergerá en los países altamente desarrollados, en virtud del desarrollo tecnológico, tal vez no sea del todo absurda, aunque es en gran medida errónea. Pero es simplemente irreal creer que podemos determinar anticipadamente la estructura social de un país cuyo problema principal es todavía descubrir cuáles son los recursos materiales y humanos disponibles, o que seamos capaces de predecir las consecuencias particulares de cualquiera medida que podamos tomar respecto a tal país. Aparte del hecho de que en esas sociedades existe tanto más por descubrirse, hay además otra razón por la cual la mayor libertad de competencia parece ser más importante en tales países que en otros más avanzados. Esta es, que los cambios requeridos en los hábitos y costumbres tendrán lugar sólo si algunos pocos, que desean y son capaces de experimentar con métodos nuevos, consiguen que la mayoría se vea, por necesidad, obligada a seguirlos, y si son capaces, al mismo tiempo, de mostrarle a esa mayoría el camino a seguir. El necesario proceso de descubrimiento será impedido u obstaculizado si la mayoría logra mantener a la minoría sujeta a los hábitos tradicionales. Una de las razones principales de la aversión a La competencia es, evidentemente, el que ésta no sólo muestra cómo pueden hacerse las cosas en forma más efectiva, sino que enfrenta a aquellos que dependen del mercado para sus ingresos con la sola alternativa de imitar a los más exitosos o perder parte de sus ingresos. La competencia produce, de esta manera, una especie de coacción impersonal que obliga a numerosos individuos a ajustar su estilo de vida de un modo que ningún precepto o mandato lograría hacerlo. La dirección centralizada, al servicio de la así llamada “justicia social”, talvez sea un lujo que sólo pueden permitirse las naciones ricas, por un período largo quizás, sin que se perjudiquen mayormente sus ingresos. Pero éste no es ciertamente un método mediante el cual los países pobres puedan acelerar su adaptación a las circunstancias rápidamente cambiantes, de lo cual depende su crecimiento. Por lo que he observado en el mundo, la proporción de personas privadas que están preparadas para ensayar nuevas posibilidades —cuando éstas parecen prometer

2. Uma análise marxista da Teoria dos Fenômenos Complexos

A análise do pensamento de Hayek e seus principais pressupostos referentes à ciência, ao mercado, à competência e individualidade proporcionam desafios analíticos em termos da pertinência da aplicabilidade material de suas ideias e prerrogativas. As reflexões hayekianas tomam como pressuposto a separação radical das ciências da natureza e as ciências das humanidades. Essa separação, de forte influência popperiana, atenta à dimensão da busca de centralidade e pertinência das ciências humanas perante as ciências naturais, uma discussão que não é nova, permeando os debates científicos em todo o século XX. A separação radical entre as ciências humanas e as natureza atenta ao debate voltado à negação da categoria trabalho como mediadora da existência humana e natureza da qual o homem faz parte e à qual se interliga. Entendemos que as relações entre a natureza e a humanidade não se separam em fenômenos simples e complexos, sendo elas mesmas expressão de uma “totalidade complexa” e em descoberta. As ciências possuem uma base material derivada das formas de produção oriundas da existência humana. Esse processo se materializa pelo trabalho, meio pelo qual a humanidade transforma a natureza e a si própria. A materialidade da ciência tem como condição a percepção da totalidade do seu tempo, pressuposto essencial para a problematização dos processos de continuidade e ruptura na história.

As discussões sobre a dimensão do trabalho negam os princípios da imutabilidade defendidos por Hayek. A mutabilidade presente nessa mediação atinge a todos os segmentos da vida, pois esses segmentos são

mejores condiciones, y cuando sus congéneres no se lo impiden— es muy similar en todas partes. La tan lamentada ausencia de un espíritu de empresa en muchos de los países nuevos no es una característica inalterable de los habitantes individuales, sino la consecuencia de las restricciones que ejercen sobre ellos las costumbres e instituciones existentes. Por esta razón, sería fatal que en tales sociedades se permitiese que la voluntad colectiva dirija los esfuerzos de los individuos; El poder del gobierno, en cambio, debiera confinarse a defender a los individuos de las presiones de la sociedad. Tal protección de las iniciativas y empresas individuales solamente puede lograrse mediante la institución de la propiedad privada y el conjunto total de las instituciones libertarias contenidas en la ley” (Hayek, 1983, p. 205-206).

inseparáveis, coexistem juntos, se chocam e se transformam. O trabalho torna o homem um ser social, potencializando através da produção e reprodução, a diferenciação entre os homens e animais, permitindo ao homem ser social. Os homens através do trabalho constroem laços presentes na reprodução da sua própria existência, sendo que parte importante da sua vida social depende do ato laborativo. A humanidade se reconhece nessa mediação, se organiza socialmente, dá sentido e coloca objetivos em sua existência.

A teoria do valor marxiana questiona as afirmações hayekianas de separação do homem e a natureza expressos em fenômenos simples e complexos. A dimensão da totalidade apresentada problematiza contradições de uma dimensão ampliada da natureza empobrecida quando separada apenas em objetos de estudo. O esforço de Hayek em separar o homem e a natureza omite um processo perceptível apenas na perspectiva da totalidade dos processos sociais: *a burguesia capitalista tornando o homem e a natureza meios de produção voltados à acumulação do capital através da exploração radical do trabalho concreto e abstrato.*

A concepção hayekiana nega esses pressupostos. Além de omitir o processo de exploração do homem e da natureza através da incorporação do trabalho voltado para a acumulação do capital, a defesa da simplificação e da imutabilidade da natureza simplifica o que não é simplificável, separa o que não é separável. O princípio da imutabilidade da natureza se assemelha ao pressuposto de entender o homem de Neanderthal como similar ao homem moderno em termos do desenvolvimento científico e tecnológico, formação corporal e percepções sociais sobre o mundo, simplesmente por possuírem uma cadeia genética similar vinculada à espécie humana.

A percepção do homem em Marx é entendida como seres humanos em luta constante através da qual a ordem se contradiz com a desordem, a harmonia com a crise e o consenso com o conflito. Com efeito, a complexidade social defendida por Hayek recebe críticas de concepções históricas e dialéticas. A complexidade é entendida como um todo em disputa e contradição do qual o singular explica o geral e o geral explica o singular. Um não é exemplo do outro, ao contrário, mas sim, se tocam e se transformam em algo novo. A complexidade, ao contrário do que aspira grande parte da literatura que se debruça sobre o tema, não pode ser definida cartesianamente, ou seja, não pode ser bem circunscrita pelo gênero próximo e pelas suas diferenças específicas, tornando-se uma noção analítica” (PRADO, 2007, 23).

Ora, do ponto de vista da teoria dos sistemas, o conceito de ordem da ciência moderna é unilateral. O termo organização em seu sentido renovado, pois, vem à luz para sintetizar os conceitos de ordem e desordem, os quais eram compreendidos como opostos excludentes. Eis que ordem sem desordem é simplesmente harmonia e esta, como mostra inclusive a cosmologia do *big-bang*, quase não existe no universo. A ordem como tal, em isolamento, é supressão do processo que a constitui como tal, consiste em organização no estado de paralisia ou de congelamento. Por isso, a teoria dos sistemas não concebe a ordem sem o seu pólo oposto que é a desordem. A organização é, pois, a negação constante da desordem, é ordem posta, justamente porque a desordem se repõe, fora e dentro dos sistemas, contrariando constantemente a ordem. É por isso que a organização é freqüentemente tratada nessa teoria como auto-organização (PRADO, 2007, p. 24).

A organização do mercado exposta por Hayek é questionada pela lógica da reprodução do capital tão bem elaborada por Marx e expressa na crítica à economia capitalista de mercado. É com base nessas afirmações que se problematiza a dimensão do mercado como expressão de “criatividade individual incontrollável” presente nos agentes econômicos que o compõem.

Pois, a criatividade ressaltada é aqui, sobretudo, criatividade para se comportar como empresário a fim de ganhar dinheiro. Se essa formulação tão exaltada pelos epígonos de Hayek vem a ser inovadora e reveladora em teoria econômica, isto só ocorre frente às concepções cientificistas da teoria neoclássica [...]. Do ponto de vista marxista, porém, a prática do descobridor utilitário vem a ser atuação do homem alienado, prisioneiro de estruturas reificadas, pobre, muito pobre, em relação às potencialidades inscritas no conceito de homem que pode se tornar sujeito da história (PRADO, 2007, p. 27).

Apesar dos discursos apologistas do mercado, materializados em uma lógica evolucionista mecanicista, a falência das ações para barrar as crises econômicas cíclicas do capitalismo monopolista e seus perversos

desdobramentos sociais se apresenta de forma implacável aos liberais. Da mesma forma, a ideia de “imparcialidade e eficiência” apresentada, potencializada pelo mercado. Moraes (1997) entende as ações do mercado legitimadas por regras sociais compreendidas como justas, pois colocam indivíduos em disputa e não grupos sociais. “Ele parte da premissa que a própria criação de conjuntos humanos reduzidos à derrota (e mesmo à desaparecimento) é algo que se coloca acima e além da ideia de justiça, desde que não haja discriminação precisa dos atingidos pelo julgamento do mercado (MORAES, 2007, s/p).

Vejamos ainda essa afirmação de eficiência. O mercado é apresentado pelos neoliberais como juiz supremo da eficiência. Cabe a seus críticos discutir: será que é sempre eficiente aquilo que é gerado pelo mercado? eficiente para quem? e dentro de qual horizonte de tempo (curto ou longo prazo)? É certo que determinadas atividades podem gerar baixos custos e altos lucros para um empreendedor e preços convidativos para o consumidor – provocando, contudo, altos custos sociais e de longo prazo. Pode ser mais conveniente a curto prazo – para fabricantes e consumidores – o farto uso de embalagens plásticas. Quais as implicações disso para o meio-ambiente e para a saúde, a médio e longo prazo? Quando esses resultados da operação reguladora do mercado aparecerem, os danos já serão irreversíveis. Pode ser mais barato utilizar automóveis particulares para transitar na metrópole, mas os custos da poluição e dos congestionamentos podem inviabilizar a vida humana. Será o mercado regulador suficiente de tais escolhas? Apesar da aparente obviedade do entusiasmo neoliberal com o livre mercado, a reflexão sobre as chamadas “externalidades” ainda tem sentido. E, afinal, a ordem espontânea é mesmo espontânea? A história é necessariamente resultado das ações humanas porém não dos desígnios humanos, como pretende a fórmula de Ferguson reverenciada por Hayek e seus seguidores? A ordem institucional construída pela intervenção política deliberada, nos últimos três séculos, constituiu uma espécie de “desvio” na ordem evolutiva “natural”? Qual o critério para diferenciar evoluções “livres e naturais” daquelas “forçadas e artificiosas”? (MORAES, 1997, s/p).

A mudança na atuação do Estado voltado a atender interesses transnacionais legitimados por processos reprodutivos do capital levou ao crescimento do capital especulativo em detrimento dos produtivos. Esses processos não são novos e apontam a construção de estruturas políticas de cunho transnacional dependentes de uma polícia internacional legitimadora dos seus interesses. As reflexões de Perry Anderson proferidas na Conferência Geral do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), em 2003, corroboram com essa discussão. Em uma crítica radical ao papel da Organização das Nações Unidas (ONU), apontou sua construção como defensora dos interesses das grandes potências sobre os demais países, em nome de princípios de igualdade e democracia em sua Assembléia Geral. Essa estrutura legitimadora de uma máquina de guerra proporciona os Estados Unidos bloquearem, bombardearem e invadirem outras nações com menor poder econômico, de acordo com seus interesses políticos e militares.²

² “Da primeira Guerra do Golfo em diante, a ONU funcionou como um instrumento dócil de suas sucessivas agressões, mantendo durante uma década o bloqueio criminoso ao Iraque, que causou entre 300 e 500 mil mortos, a maioria crianças, legitimando o ataque da OTAN contra a Iugoslávia, onde propiciou e continua propiciando serviços pós-vendas aos agressores em Kosovo, e agora colaborando com os ocupantes do Iraque para construir um governo de marionetes estadunidenses em Bagdá e coletando fundos de outros países para financiar os custos da conquista do país. Desde o desaparecimento da União Soviética, o manto de Washington sobre a ONU se tornou quase ilimitado. A Casa Branca escolheu diretamente, sem nenhum pudor, o atual Secretário-Geral como seu mordomo administrativo em Manhattan, descartando seu antecessor como insuficientemente servil aos Estados Unidos. O FBI escuta às escondidas todas as delegações estrangeiras na Assembléia Geral. A CIA infiltrou-se sem sequer desmentir suas atividades, de conhecimento público, no grupo dos assim chamados inspetores no Iraque, dos pés à cabeça. Não há medida de suborno ou chantagem que não utilize diariamente o Departamento de Estado para submeter os representantes das nações a sua vontade. Há ocasiões, ainda que cada vez mais raras, quando a ONU não aprova explicitamente os projetos e decisões dos Estados Unidos nos quais Washington toma a iniciativa unilateralmente, e então a ONU o autoriza *a posteriori*, como um fato consumado. O que jamais acontece agora é que a ONU rejeite ou condene uma ação estadunidense. [...] Tão longe como se pode ver na última resolução do Conselho de Segurança, votada neste mesmo mês de outubro. Nela, o órgão supremo das Nações Unidas solenemente deu as boas-vindas

O mercado e o liberalismo apresentam contradições em termos das dificuldades em prover a eficácia regulativa da economia, relações de produção e condições equitativas de existência, negadas pela dinâmica e história de uma sociedade de classes, bem como pelas sucessivas crises econômicas que, independente das formas de regulação movidas pelo Estado ou pelas forças do mercado, se acentuam e tendem a diminuir seu intervalo de tempo. Todo esse movimento influencia os aspectos sociais inerentes à reprodução do capital e à formação dos trabalhadores em um período histórico de lutas e incertezas quanto ao futuro.

A defesa de Hayek da ação incontestável do mercado como agente regulador da economia e potencializador de inteligências múltiplas é negada pela dimensão mundializada e expansiva do capital, pela qual o capitalismo soltou-se da corrente e atacou a si mesmo. Acentuam-se crises cíclicas em intervalos menores atingindo países industrializados e com poder político transnacional. Os desdobramentos desse processo implicam na percepção de movimento da história por meio do qual os princípios norteadores de projetos econômicos – como as crises cíclicas do capitalismo – negam a existência desses mesmos projetos econômicos no futuro.

Mesmo o crescimento e socialização das tecnologias produzidas são passíveis de críticas. Deve-se levar em conta que três bilhões de pessoas nunca fizeram ou receberam uma ligação telefônica. No Afeganistão, apenas cinco a cada mil pessoas têm acesso a um telefone. Boron (2002) aponta que a circulação das tecnologias produzidas no planeta não é

ao conselho títere das forças de ocupação do Iraque, designando-o a encarnação da soberania iraquiana, condenando os atos de resistência à ocupação, chamando todos os países a ajudar na reconstrução do Iraque sob os desígnios dessas mesmas forças títeres e nomeando os Estados Unidos como mandatários reconhecidos de uma força multinacional de ocupação do país. Esta resolução, que não é outra coisa que o ato de benção da ONU à conquista do Iraque, foi aprovada unanimemente. Assinaram-na: França, Rússia, China, Alemanha, Espanha, Bulgária, México, Chile, Guiné, Camarões, Angola, Síria, Paquistão, Reino Unido e Estados Unidos. A França supostamente gaullista, a China supostamente popular, a Alemanha e o Chile supostamente social-democratas, a Síria supostamente baasista, a Angola resgatada certa vez por Cuba de sua própria invasão, para não falar dos demais clientes mais familiares dos Estados Unidos, todos cúmplices da recolonização do Iraque. Esta é a nova hegemonia mundial. Combatamo-la” (ANDERSON, 2003, s/p).

homogênea e de última geração. Os países de terceiro mundo têm acesso a tecnologias obsoletas, ou semi-obsoletas, já abandonadas pelas nações que possuem uma posição predominante na divisão internacional do trabalho no planeta. Esse movimento se explica através de um processo complexo, dialético e contraditório entre a produção e a circulação das mercadorias.

O Sul do mundo, ao qual sobrevive 80% da população mundial, existe 100 milhões de crianças nas ruas, 250 milhões de meninos menores de 18 anos que trabalham em condições deploráveis, 300 milhões de meninos lutam em guerrilhas, mais de 1 milhão de mulheres jovens se prostituem. 14 milhões de crianças morrem antes de chegar aos 15 anos. No ano de 2001, mais de 1,2 bilhão de pessoas não dispunham sequer de um dólar dia para sobrevivência. A União Européia convive com 55 milhões de pobres entre sua população. A evasão escolar na Itália chega aos 29% e 18,5% média européia (VASAPOLLO, 2006, p. 53).

Outra dimensão relacionada à negação das forças do mercado como potencializadoras de sociedades superiores faz referência à reprodução do capital manifesta em diferentes formas de produção, tanto as existentes no âmbito legalizado do comércio, como as presentes em âmbito ilícito, entre as quais os grupos mafiosos transnacionais ligados ao comércio narcotráfico, por exemplo. Como definiríamos o mercado, pois a máfia atuante no narcotráfico e mesmo na indústria armamentista também é uma criação desse mesmo mercado. Isso nos permite problematizar a heterogeneidade do mercado capitalista, até porque tanto são mercadorias produtos de transformação da natureza com utilidade inquestionável aos seres humanos, como aquelas utilizadas para, digamos, “felicidade momentânea”, reservando o óbito aos usuários consumidores como alternativa para o futuro.³

³ “O capital parece que perdeu o medo – e a vergonha de ser capital. É preciso levar isso em conta quando escolhemos um critério para medir sucessos e fracassos do neoliberalismo. Devemos pensar no objetivo que ele mesmo definiu para si: a capacidade de impor uma nova correlação de forças na sociedade e na opinião dominante (conquistar hegemonia), mesmo quando e onde se verifica evidente fracasso na realização da prometida recuperação econômica. Trata-se da legitimação de um programa, ou de um “ideal” político, talvez até mais do que uma solução

Esses exemplos presentes na materialidade das relações sociais no universo das trocas oriundas da sociedade capitalista apontam dificuldades para a potencialização de inteligências múltiplas em um mercado materializador de oportunidades tangíveis. É assim que questionamos: qual dimensão do mercado se aplica às determinações liberais? Uma sociedade de cunho idealista de “trocas legais de mercadorias” e “eticamente” possível com essência contratualista, ou uma lógica em que o legal e o ilegal coexistem, se chocam e se justificam formando a totalidade do mercado tal qual demonstramos acima? Para qual mercado e para qual sociedade os princípios hayekianos se materializam? Uma sociedade metafísica ideologizada por seres inanimados, ou material baseada na ação e contradição manifesta pela existência humana?

Esses questionamentos colocam preocupações para a problematização da existência humana em uma sociedade marcada pela lógica do mercado. A ação do “homem econômico” como desdobramento de processos evolucionistas, exposto pelo individualismo potencializado pelo mercado, é um pressuposto fundamental e contraditório na obra de Hayek. Isso implica a percepção do significado da “liberdade” percebida pela história. As afirmações de Hayek se baseiam em princípios metafísicos defensores de uma sociedade composta de indivíduos com oportunidades diferentes, independentes de sua posição social no mundo, desconsiderando a materialidade e a totalidade das relações sociais. As articulações entre o trabalho, a ciência e a tecnologia expressam as relações sociais manifestas no seu tempo. Elas não são sobrenaturais, mas ações humanas expressas em visões de mundo distintas, não se constituindo em unicidade pacífica e sem contradições, mas pela heterogeneidade econômica, política e cultural. A ausência de moral problematizada por Hayek tem um cunho metafísico, pois a sonhada moral potencializadora do mercado é voltada ao atendimento dos interesses burgueses.

prática para a estagnação econômica, solução esta que poderia ser testada, aí sim, com o uso de indicadores econômicos convencionais. Também deve ser esse um critério orientador para quem pretende combater o neoliberalismo: é nesse terreno que se dará a disputa pelos corações e pelas mentes. E quando se transformam em ação organizada, as ideias alteram, decisivamente, qualquer marcha supostamente inelutável da história (ou o fim de qualquer história)” (Moraes, 1997, s/p).

E sobre o caráter falacioso das idéias morais da sociedade burguesa, Marx ironiza: “justiça, humanidade, liberdade, igualdade, fraternidade, independência, estas categorias mais ou menos morais que soam tão bem, mas que, nas questões históricas e políticas não provam absolutamente nada. A justiça, a humanidade, a liberdade, etc., podem pedir mil vezes isto ou aquilo; mas se a coisa for impossível, não se faz e continua a ser uma quimera. Senhores, não se deixem intimidar pelo substantivo abstrato liberdade. Liberdade de quem? Não é a liberdade de um simples indivíduo, em presença de outro indivíduo. É a liberdade que o capital tem para esmagar o trabalhador (MARQUES, s/d).

As diferenças apontadas por Hayek como potencializadoras de uma “moral” distributiva na sociedade são desmentidas pela exclusão social crescente na sociedade globalizada, colocando em cheque os princípios hayekianos de uma sociedade composta de seres humanos livres para o descobrimento potencializados pelo mercado. Marx, em *A ideologia alemã*, entende o pensamento como resultado das relações materiais manifestas na história humana. Esse é um dos pressupostos que permitem problematizar o pensamento de Hayek, especialmente quando se faz referência à “liberdade” de ação do homem econômico em termos da manifestação das inteligências coletivas. Hayek se esquece que a sociedade está nas fronteiras dos interesses e projetos sociais da produção capitalista e sua lógica reprodutiva é voltada para a produção destrutiva e fetichização da mercadoria. A lógica produtiva manifesta na ciência nega os pressupostos hayekianos de liberdade e ação social. Uma ação social responsável pelo domínio político dos resultados da ciência manifesta na precarização crescente.

Esses pressupostos permitem a elaboração da crítica ao racionalismo construtivista e evolucionista proposto por Hayek. O mundo vivido não se explica no particular e nem como uma composição de “inteligências coletivas atuantes socialmente”, pelo contrário, o mundo vivido é material, dialético e interligado, em conflito e transformação – totalidade em movimento e disputa. Consolidam-se processos de luta e dominação de classe impostos pela lógica da reprodução desenfreada do capital presente no modo de produção capitalista. Formas elaboradas de

opressão sobre os trabalhadores demonstram a liberdade individual não superar as fronteiras do idealismo e serem desmentidas pelo movimento da história e das transformações materiais na sociedade. Todas essas questões colocam interrogação às noções de evolucionismo mecanicista presente no pensamento de Hayek.⁴

O discurso do evolucionismo social não é neutro, mas responsável pela repetição de concepções voltadas à reprodução do capital através do qual a saída para problemas estruturais da sociedade são propostas por ações conjunturais e reformas institucionais. A defesa radical de Hayek (1981) sobre o potencial do individualismo manifesto em inteligências múltiplas, responsável pelo avanço do conhecimento da humanidade, desconsidera os avanços da ciência como não naturais ou incontidos, ao contrário os considera como expressões de concepções e visões de mundo das classes detentoras da ciência e seus resultados. A tese da liberdade científica é desmentida pela sua intencionalidade, controle político e investimento econômico no produto da ciência e sua dimensão de vendabilidade. Em posição contrária às afirmações de Hayek, afirmamos o avanço científico materializado em uma contradição em que a liberdade criativa se opõe aos interesses de reprodução do capital. A humanidade não é livre como imagina ser, até seria bom se realmente o fosse. A sua engrenagem produtora

⁴ “a evolução humana não é simples eclosão, sem propósito e sem reflexão, tal como ocorre na vida orgânica, mas interação por meio do corpo e da linguagem, dura e sofrida, que vai da ignorância à compreensão, do debate ao embate, da política à guerra. Em particular, a dialética de Marx – e de Engels, em última análise – vem a ser o saber que toma o sistema social existente, e apenas este, para considerá-lo como processo passível de liberação por meio da práxis transformadora. A teoria da evolução, como discurso do entendimento correlacionado à prática de sujeição do mundo, requer que o sujeito do conhecimento se posicione como observador externo à natureza e à sociedade. A dialética marxiana, ao contrário, exige desse sujeito que se coloque conscientemente no interior da sociedade e da história como expressão da classe oprimida e participante ativo nas lutas sociais. [...] Note-se, portanto, que são os próprios trabalhadores aqueles que se libertam e se emancipam sob a liderança de seus quadros mais avançados e politicamente organizados. A relação entre uns e outros deve, portanto, ser dialógica – não hierárquica. Se a própria dialética se apresenta como discurso científico que apreende as transformações na perspectiva objetivante da ciência positiva, nega-se como tal e se torna instrumento de despotismo e opressão” (Prado, s/d, p. 14).

de mais-valia é problematizada quanto aos seus princípios e objetivos, pois a falta de percepção e uso social dos seus resultados proporciona, em alguns casos, a construção de espetáculos aterradores e injustiças sociais. A humanização da ciência, da liberdade inventiva e a melhoria incondicional das condições de vida são pressupostos fundamentais para o avanço social da humanidade.

A superação dessa complexa situação social não passa pelo entendimento do mercado metafísico, com seres humanos também metafísicos igualmente atuantes. Este debate, não tão novo assim, continua...

Referências

ANDERSON, Perry. *A batalha das idéias na construção de alternativas*. Conferência Geral do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), La Habana, Cuba, 2003.

http://resistir.info/cuba/perry_anderson_havana_port.html. Acesso dia 10/02/2008 - 9 horas

BORON, Atilio A. *Império imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires: Clasco, 2002.

GALLO, Ezequiel. Hayek y la investigacion historica: algunas reflexiones. In *Revista Estudios Públicos*, Santiago, Chile: n. 50, 1993. p. 1-18.

HAYEK, F. A. El Uso del Conocimiento en la Sociedad – Traduzido da *American Economic Review*, XXXV, Nº 4 (setembro, 1945), 519-30 *Estudios Públicos*, n. 12, 1983.

_____. The Theory of Complex Phenomena, en el volumen *The Critical Approach to Science and Philosophy*. Essays in Honor of K. R. Popper, editado por M. Bunge, y publicado por MacMillan Publishing Co. Inc., 1964.

_____. Los fundamentos éticos de una sociedad libre. Exposición en el Ciclo de Conferencias sobre Fundamentos de um Sistema Social Libre. Santiago de Chile: *Estudios Públicos*, 1981, n.3.

_____. *O caminho da Servidão*. SP: Ed. Globo, 1974

_____. Los principios de un orden social liberal. *Estudios públicos*, 1982, n.6.

LAGUEUX, M. 'Ordre spontané' et darwinisme méthodologique chez Hayek, in G. Dostaler and D. Éthier, eds., *Hayek: Philosophie, économie et politique*. Montréal, ACFAS, 1988. p. 87-103

LUCENA, Carlos. Capital, ciência e precarização: um estudo sobre a (des) qualificação profissional dos trabalhadores da Petrobrás. In *Revista de Educação PUC-Campinas*. Campinas, SP: Pontificia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006, n.20. pp. 77 a 93.

_____. (org.) *Capitalismo, Estado e Educação*. Campinas, SP: Átomo, 2008.

_____. Marxismo, crise do capitalismo monopolista e qualificação dos trabalhadores. In Lombardi, J. C. e Saviani, D. *Marxismo e Educação: debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. *Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, MG: Edufu, 2004.

_____. (org.) *Trabalho, precarização e formação humana*. Campinas, SP: Átomo, 2008.

MARX, K., Engels, F. *A ideologia alemã*. SP: Boitempo Editorial, 2008.

MORAIS, Reginaldo C. Correa de. Liberalismo e neoliberalismo: uma introdução comparativa. *Primeira Versão* n. 73. Campinas: IFCH-Unicamp, março de 1997.

PRADO, Eleutério F. S. *Complexidade: Hayek e Marx*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2007. www.iea.usp.br/iea/evolusociais acesso dia 10/10/2008

_____. *A dialética de Engels a Marx e o evolucionismo de Hayek*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo

http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/ArtigosNaoPublicados/Dialetica_evolucionismo.pdf acesso dia 05/10/2008

VASAPOLLO Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In Antunes, Ricardo (org). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. SP: Boitempo Editorial, 2007. p. 53.

Data de Registro: 01/12/2009

Data de Aceite: 20/10/2010